

A AGB e a IV Conferência Nacional das Cidades

Brasília, 19 a 23/06/2010



Plenária do Segmento

Foto: Felipe Silveira de Moraes Pereira, 2010

Pretendemos, com esse texto, registrar a atuação coletiva dos delegados da Associação dos Geógrafos Brasileiros – AGB – na IV Conferência Nacional das Cidades. Estiveram presentes e construíram a posição política da AGB: Arlete Moysés (SP, representante da AGB no Conselho das Cidades), Nelson Rego (RS, vice-presidente da DEN), Regina Bega (SP), Falcão Vasconcellos (MG), Felipe Silveira (CE), Victor Alberto (PB), Fabiana Valdski (SP), Janaína Chudzik (PR), Desirée Guichard (RJ), Luiz Carlos (MS), Glauciana Teles (CE) e Yure Silva (PB).

As Conferências das Cidades enquanto prática político-social se constituem em um espaço no processo de Gestão Democrática da cidade, estabelecida no Estatuto da Cidade, Lei 10.257/2001, implementada a partir do ano de 2003 com a criação do Ministério das Cidades e visa propiciar a discussão de temas relacionados à produção do espaço urbano com movimentos e entidades (atores sociais) – organizados em segmentos, tais quais Trabalhadores, Empresários ligados a construção civil, Ong's, Movimentos Populares, Poder Público (nas três esferas de governo no Executivo e Legislativo) e Entidades Acadêmicas, Profissionais, de Pesquisa e Conselhos Federais (profissionais).

As Conferências realizam-se em etapas Municipal/Regional, Estadual e Nacional com o objetivo de formular linhas de atuação para o Ministério das Cidades nos três níveis e ao poder público federal, estaduais e municipais para o triênio a partir da realização das Conferências. O Conselho das Cidades, criado em 2004 conforme deliberado na 1ª. Conferência Nacional em 2003, possui entre suas finalidades colocar em prática as deliberações das Conferências bem como temas que surgem entre uma Conferência e outra.

A IV Conferência Nacional das Cidades teve como lema “Cidade para todos e todas com gestão democrática, participativa e controle social” e como tema “Avanços, dificuldades e desafios na implementação da Política de Desenvolvimento Urbano” e tinha como objetivo realizar um balanço da implementação das propostas aprovadas nas conferências e da atuação do Conselho. Os debates foram organizados em quatro eixos temáticos, para os três níveis considerados:

- 1- Criação e implementação de Conselhos das Cidades, Planos, Fundos e seus Conselhos Gestores nos níveis federal, estadual, municipal e no Distrito Federal;
- 2- Aplicação do Estatuto da Cidade e dos Planos Diretores e a efetivação da função social da propriedade do solo urbano;

- 3- A integração da política urbana: política fundiária, habitação, saneamento e mobilidade e acessibilidade urbana; e
- 4- Relação entre os programas governamentais – como Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e Minha Casa, Minha Vida (MCMV) - e a política de desenvolvimento urbano.

O processo de realização da Conferência teve início em 2009, com a convocação pelo Conselho Nacional das Cidades para a constituição das comissões preparatórias estaduais e municipais e a realização das conferências municipais. A AGB esteve presente em muitas dessas comissões organizando o processo e também esteve presente em diversas conferências municipais com a representação da entidade. As Conferências Municipais, além de debater os eixos e deles escolher duas propostas prioritárias a encaminhar à Conferência Nacional, elegeram a delegação municipal com representantes da AGB à etapa Estadual.

Já em 2010, foram realizadas as etapas Estaduais, o mesmo processo de discussão das propostas saídas das etapas municipais e encaminhar tanto as duas propostas prioritárias, bem como a escolha dos delegados nas conferências estaduais para a etapa Nacional. Nessa etapa a AGB elegeu seis delegados sendo que um pelo segmento trabalhadores, uma pelo CREA-PR e uma pela Universidade Estadual do Ceará (UECE).

A etapa Nacional foi realizada no período de 19 a 23 de junho de 2010, em Brasília. Nela estiveram presentes 11 delegados, sendo seis destes eleitos nas conferências estaduais, quatro pela AGB Nacional e um delegado nato que é da própria representação da AGB no Conselho Nacional das Cidades. Esses delegados com referência na AGB e que a partir de reuniões com discussões e entendimentos construídos durante o evento, decidiram coletivamente se referenciar em seus resultados, para as suas intervenções no evento. Ademais, nessas reuniões foi elaborado o documento de apresentação¹ da AGB, junto ao segmento – Entidades Acadêmicas, Profissionais, de Pesquisa e Conselhos Federais (profissionais).

O referido documento “**A AGB, as questões urbanas e a IV Conferência Nacional das Cidades**” contém os pontos singulares que foram destacados da AGB em relação às outras entidades que pleiteavam a permanência ou ascensão às cadeiras do Conselho em disputa – além de percebermos que grande parte dos trabalhos realizados durante a Conferência (e não apenas dentro do segmento) consubstanciavam articulações em torno deste Conselho, sendo esta outra singularidade da entidade, que trouxe valorosas contribuições para dentro das atividades em cada eixo. A história, a relação com ensino de Geografia, a articulação e comunicação internas, a espacialidade e o olhar sobre o território foram algum dos elementos utilizados para reforçar o papel relevante da Geografia e da AGB na produção das políticas públicas por meio do Conselho Nacional das Cidades.

Os procedimentos adotados, bem como o número de participantes, permitiram que a AGB interviesse com elevada qualidade nos trabalhos em grupo, além de atuar na

¹ Texto de apresentação da AGB aos representantes do Segmento anexo.

facilitação, relatoria e sistematização dos documentos apresentados nos eixos, revelando o papel ativo da entidade.

Seguindo a programação do evento, atuamos em três frentes de ação: participação nos debates em plenário, na construção das resoluções da Conferência nos eixos temáticos e nas plenárias do segmento – Entidades Acadêmicas, Profissionais, de Pesquisa e Conselhos Federais (profissionais);

Não temos como mensurar o impacto de tais ações junto aos representantes do segmento. O fundamental, no entanto, é que no processo de produção do documento materializamos o pensamento do conjunto dos agebeanos presentes neste debate nacional em relação à permanência da AGB no conselho citado, além de discutirmos alguns desdobramentos da ação da comissão de Urbana.

Desse modo, chamou-nos a atenção o papel central desempenhado pela AGB no contexto do Conselho Nacional das Cidades e na IV Conferência Nacional das Cidades. A representante da AGB neste conselho, a Professora Arlete Moysés Rodrigues, foi responsável pela indicação da maior parte da equipe de facilitadores e relatores, e esteve presente nos espaços de representação política do Conselho Nacional das Cidades no decorrer do evento, mesa de abertura, exposição da avaliação das ações do Conselho², tendo atuado também na articulação da indicação unânime da AGB, na condição de titular, para a uma das vagas no Conselho, para o próximo triênio.

Na plenária do segmento do dia 23 de junho as entidades foram apresentadas de maneira formal de modo lançar suas candidaturas às vagas para o Conselho. A AGB foi apresentada pela professora Arlete, com base no documento “**A AGB, as questões urbanas e a IV Conferência Nacional das Cidades**” quando foi enfatizado o papel da entidade junto ao Movimento Nacional pela Reforma Urbana, que deu origem ao Fórum Nacional da Reforma Urbana – FNUR, no qual a entidade vem atuando permanentemente. Destaque-se também que a AGB no contexto do Movimento Nacional pela Reforma Urbana foi uma das promotoras e atuou ativamente na coleta de assinaturas para a emenda popular da Reforma Urbana, a qual originou os Artigos 182 e 183 da Constituição Federal de 1988.

Após a apresentação de todas as entidades, o processo de eleição foi estabelecido, com as entidades inscritas em chapas sendo elas:

Chapa 1

Titular	IAB	ABEA	AGB	ABES	ANTP	CONFEA
Suplente	ANEAC	ABENGE	ANPUR	IBAPE	AEAMESP	CONFECI

Chapa 2

Titular	IAB	ABES	ANPUR	AGB	ABENC	CONFEA
Suplente	AGENGE	ABEA	ANTP	ANEAC	SOCIAL CAIXA	OAB

Chapa 3

Titular	IAB	ABEA	AGB	ANTP	ABES	CONFEA
Suplente	ANEAC	ABENGE	AEAMESP	IBAPE	ANPUR	CONFECI

² Texto apresentado com a posição do conselho das cidades anexo.

Chapa 4

Titular	IAB	ABEA	ABES	ANTP	AGB	CONFEA
Suplente	ANPUR	ABENGE	ANEAC	ABENC	SOCIALCAIXA	OAB

Chapa 5

Titular	IAB	ABEA	AGB	ANTP	ANPUR	CONFEA
Suplente	ANEAC	ABENGE	AEAMESP	IBAPE	ABES	CONFECI

A AGB foi indicada em todas as chapas concorrentes na condição de titular para disputar vaga para o conselho, o que reforça o respaldo que a entidade possui dentro do segmento, o que significa o reconhecimento e valorização dos trabalhos desenvolvidos dentro e fora do Conselho Nacional das Cidades, assim como a importância do conhecimento geográfico para a análise e compreensão da dinâmica espacial e territorial urbana e municipal.

Todos os delegados agebeanos votaram na chapa 5, a qual obteve 27 votos. Esta chapa propunha a continuação da ANPUR como titular compreendendo que era a opção que melhor contemplava a diversidade do segmento e o entendimento sobre a compreensão territorial e produção do espaço. A chapa vitoriosa, contudo, foi a 3, com 47 votos.

A IV Conferência oportunizou o encontro de uma parcela significativa da comissão de Urbana, mostrando a força da Geografia no contexto institucional, nas Conferências das Cidades nos três níveis e o papel de ligação que a AGB exerce entre os segmentos ligados ao poder público e os movimentos populares.

É salutar, ainda, ressaltar a construção propositiva realizada durante a Conferência Nacional das Cidades, tendo como eixo central de aplicação o XVI ENG - Encontro Nacional de Geógrafos, a ocorrer em Porto Alegre entre os dias 24 a 31 de agosto deste ano, visando não apenas divulgar e socializar o acontecido em Brasília, mas também e, sobretudo, sensibilizar as Seções Locais da AGB e o conjunto de seus associados sobre a importância de intervenção permanente e ativa nestes eventos, na perspectiva da constituição do/s espaço/s brasileiro/s, garantindo olhares científicos e, políticos no que tange a formulação e implementação de políticas públicas, especialmente por partes dos poderes públicos.

Cabe a AGB estabelecer os critérios para continuar sua atuação junto à constituição do próximo Conselho Nacional das Cidades que continuará na nova gestão com a titularidade. Acreditamos, portanto, que o GT de Urbana deverá debater a atuação desse segmento de acadêmicos profissionais e de pesquisa no sentido de unificar a participação coerente com os princípios estabelecidos pelas conferências para que a Associação dos Geógrafos Brasileiros participe intensamente das próximas conferências municipais das cidades, principalmente nos municípios onde a AGB possui uma seção local organizada, fazendo o processo fluir da base passando pela esfera estadual até atingir o nível nacional.

Grupo de Trabalho de Urbana
AGB – Diretoria Executiva Nacional (DEN) 2008 / 2010.